



20991671



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 27/10/2022	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Antônio Ramirez Lorenzo	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Renata Souto Martins	AFEPAR
Rodrigo Barros de Souza	AEAL
Bruna Novak	ASINT
Giselli dos Santos	CONJUR
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Bruno Andrade Costa	SENAJUS
Rodrigo Henrique Roca Pires	SENACON
Giovanni Magliano Jr.	SENAD
Juruébi Júnior	SENASP

Bráulio do Carmo Vieira Melo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Caio Rodrigo Pellim	PF
Silvinei Vasques	PRF
Ricardo Borda D'agua de Almeida Braga	AN
Paulo Eduardo Silva de Oliveira	CADE
Rodrigo de S. Alves	FUNAI
Felipe Uchoa dos Santos	OUV

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: DEPEN, SENACON e SEOPI;
4. Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE de outubro;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Informe AECl;
8. Informe DTIC/SE; e
9. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. A reunião mensal do Comitê de Governança Estratégica – CGE teve seu início a partir das considerações iniciais do Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez Lorenzo, e a apresentação das pautas a serem discutidas ao longo do encontro.
2. Começando a apresentação do Monitoramento do Planejamento Estratégico, a Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, Sra. Tânia Maria Matos Fogaça, abordou sobre o projeto estratégico concluído “Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional”, que teve como objetivo fomentar a utilização de tal tecnologia nas audiências judiciais, por meio da parceria com Administrações Penitenciárias e com os Tribunais de Justiça, bem como fortalecer os vínculos familiares, tendo como público-alvo principal os presos estrangeiros, aqueles de outros estados, parentes como limitações físicas ou de idade. A partir da aquisição dos equipamentos videoconferência, resultou em maior celeridade tanto na tramitação processual quanto nas ações de combate ao crime organizado, na redução de custos e dos riscos de escoltas, além de permitir a promoção da Justiça à sociedade em geral. Em 2019, o Depen realizou 3 Projetos-Pilotos nos estados do Acre, Amapá e Pará, expandindo posteriormente seus convênios com 14 estados brasileiros e o Distrito Federal, totalizando 18 convênios realizados. Os dados obtidos a partir dos pilotos foram: i) Acre: 27 unidades judiciais e prisionais contempladas, 21 municípios atendidos, 945 audiências realizadas e 1.255 custodiados atendidos (em seis meses de implementação); ii) Amapá: 39.052 audiências por videoconferência realizadas, superando os números dos anos anteriores; e iii) Pará: 9 Comarcas atendidas (nos municípios de Altamira, Bragança, Capanema, Marabá, Paragominas, Redenção, Tome-Açu, Santarém e Mocajuba) e 3.104 audiências realizadas no período de 1 de maio de 2020 a 29 de março de 2022. Estima-se uma

economia direta de R\$ 17 milhões com segurança e deslocamento, a partir da implementação do projeto. A estimativa de economia indireta representou cerca de R\$ 8,7 milhões/mês, tendo como base as 3 unidades piloto, e R\$ 52 milhões/mês quando consideradas as 18 UFs conveniadas. Com relação ao indicador estratégico “Participação de pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais”, a Sra. Tânia Fogaça informou que a oferta de educação aos detentos é um fator fundamental para a ressocialização. Destacou que o estado de Santa Catarina realizou um estudo, o qual apontou que a educação reduz em 29,68% a taxa de reincidência, enquanto o trabalho reduz em 18,14%. Como atividades educacionais propostas estão inclusas: a educação formal (alfabetização, fundamental, médio e superior), ensino profissionalizante (cursos técnicos) e atividades complementares (participação em provas e concursos oficiais, leitura, esporte e atividades culturais). O indicador apresentou, até o momento, como resultado parcial 473 mil participações, frente à meta 130 mil participações das pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais até 2023. Em prol do funcionamento da educação formal, 17 visitas foram feitas aos Estados para capacitar os servidores na produção de atividades educacionais e na inserção de dados no Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen, para orientar na organização de oferta de remição pela leitura e esportes, para articular com as secretarias de educação na ampliação de oferta de vagas para Ensino de Jovens e Adultos – EJA, bem como para articular na execução do Programa Novos Caminhos e Alvorada junto às gestões prisionais e de educação. Com a aproximação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Pessoas Privadas de Liberdade – ENCCEJA PPL 2022, houve o aumento de 37% de inscritos, comparado com os anos anteriores. Para preparar os detentos ao ENCCEJA, serão realizadas aulas intensivas à distância por meio da plataforma gratuita “Estudo Play”, com 25 mil participantes de diversos estados brasileiros. Como principais desafios dessas atividades estão a sobrecarga de trabalho nas unidades penitenciárias, ampliação de sala de aula nos estabelecimentos prisionais, superação de preconceitos, ampliação de vagas para a educação formal e para a qualificação profissional, além da necessidade de diminuição da quantidade de presos analfabetos.

3. Em seguida, o Secretário Nacional do Consumidor, Sr. Rodrigo Henrique Roca Pires, falou sobre o projeto estratégico “Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização”, a fim de reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma e aperfeiçoar métodos auto compositivos. A plataforma foi instituída por meio do Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, bem como seu Comitê Gestor com o objetivo de definir ações e coordenar a gestão e manutenção do Consumidor.gov.br. O Comitê é composto por diversos representantes, sendo 1 da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, que preside o colegiado, 1 representante da Secretaria-Executiva – SE do MJSP, 4 do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC e 4 do setor produtivo. Referente aos resultados obtidos até o momento da reunião, no ano de 2022, foram cadastradas 1.251 empresas, finalizadas mais de 1 milhão de reclamações e 98% delas respondidas, com prazo médio de 7 dias de respostas. Dentre os parceiros do Consumidor.gov.br estão Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas, Ministérios Públicos Estaduais, Ministério Público Federal e outros órgãos públicos como a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O projeto em situação adiantada, com 101.45% executado quando comparado ao planejado, possui atividades e entregas finalizadas, como: i) Repactuação do Termo de Ajuste de Conduta com a Crefisa; ii) Integração dos sistemas de relacionamento com os clientes das empresas ao Consumidor.gov.br; iii) Ampliação do Grau de Acessibilidade da Plataforma; iv) Formulação de política de incentivos de participação ao Consumidor.gov.br; v) Integração do Sistema de Atendimento dos Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SINDEC, ao Consumidor.gov.br. Encontra-se em andamento a etapa de implantação Sistema de Atendimento dos Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor no Brasil. Com relação ao indicador estratégico “Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br”, o Secretário apresentou o painel estatístico da ferramenta tendo como índice médio de resolutividade 77,20% com consumidores que tiveram suas demandas atendidas ainda que não tenham sido o objetivo da sua pretensão inicialmente recorrida. Determinados Procons e Defensorias Públicas Integrados ao ProConsumidor em vários estados e municípios se encontram sem recursos suficientes, sendo

necessário o aparelhamento de tais instituições, bem como a criação naqueles municípios em que não existem tais órgãos.

4. Logo depois, o Secretário de Operações Integradas Adjunto, Sr. Bráulio do Carmo Vieira Melo, contextualizou o projeto estratégico “Guardiões das Fronteiras – Guardião do Brasil”, que tem como objetivo fortalecer a prevenção, a vigilância, a fiscalização e o controle nas fronteiras terrestres e fluviais, bem como das divisas, por meio da implantação de ações integradas de produção e difusão de conhecimento, assim como de operações, com foco na repressão aos ilícitos transfronteiriços e no enfrentamento às organizações e associações criminosas, promovendo o aumento da presença do Estado nas regiões de fronteiras e divisas. Atualmente, o projeto encontra-se em situação satisfatória, com 91,45% de execução, frente ao previsto, e já foi ampliado para 13 estados, sendo composto pelas Polícias Cíveis e Militares, Polícia Federal – PF e Polícia Rodoviária Federal – PRF, além da Secretaria de Operações Integradas – Seopi. Em seguida, passou a palavra ao Diretor de Operações Integradas, Sr. Fernando de Sousa Oliveira, que prosseguiu com a apresentação do projeto, cujos pilares são capacitações, aquisições (ambas trabalhadas em conjunto com a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública) e operações. As operações realizadas no âmbito projeto são: i) Operação Hórus: tem como foco combater o crime organizado ao longo dos 16,8 mil km de fronteira terrestre no Brasil, contando com mais de 800 profissionais de segurança pública, entre estaduais e federais, que atuam de forma permanente em 13 estados; ii) Operação Albatroz: com o objetivo de combater a entrada e, principalmente, a saída irregular de produtos lícitos e ilícitos do país por meio da costa marítima brasileira, a operação é liderada pela PF, pela Receita Federal e pelo Controle Brasil, voltados para a implementação da área de inteligência, em 12 portos na costa leste brasileira; iii) Operação Controle Brasil: recentemente inserida no âmbito do Guardiões da Fronteira, a operação é focada para impedir contrabando de cigarros, bebidas e insumos agrícolas nas fronteiras do país; iv) Operação K9: realizada em parceria com a Polícia Militar do Paraná e com o apoio da PF, surgiu a partir do diagnóstico de que várias polícias não possuem as condições adequadas (canis, capacitação dos operadores de cachorros, cachorros qualificados e com *pedigree* que possam exercer as atividades de rastreio de drogas). Dessa forma, foi criado o projeto-piloto para realizar a capacitação dos operadores para, posteriormente, a Seopi atuar na adequação dos canis. O Diretor registrou ainda que o Guardiões das Fronteiras gerou aproximadamente R\$ 7,17 bilhões de prejuízo aos criminosos durante os quatro anos de programa. Quanto ao indicador “Quantidade de ações policiais apoiadas”, com meta de 300 operações em 2022, já obteve resultado superado no período com 364 ações policiais apoiadas.
5. Na sequência, o dirigente da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, Sr. David de Lima Freitas, repassou as informações sobre o processo de revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018, com ciclo quadrimestral de avaliação da estratégia, e realização da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE do mês de outubro de 2022. As solicitações foram enviadas aos titulares de todas as unidades do MJSP em 31 de agosto de 2022, por meio do Ofício-Circular 79/2022/SPO/SE/MJ. O escopo da revisão envolveu a inclusão, a exclusão e a adequação de indicadores, metas e projetos. Após a análise e a consolidação das informações encaminhadas pelas unidades, foi realizada avaliação prévia junto a Secretaria Executiva — SE e o Gabinete do Ministro — GM. A nova carteira de projetos estratégicos e a lista de indicadores estratégicos e suas respectivas metas foram submetidos a todos os titulares e aos pontos focais, via e-mail, no dia 18 de outubro de 2022. As revisões dos cronogramas dos projetos solicitadas foram validadas e serão devidamente inseridas no sistema Project. O Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez, submeteu aos membros do CGE a aprovação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, sendo validada sem ressalvas.
6. Com relação aos Informes da SPO, o Subsecretário apresentou ao CGE documentos com o intuito de consolidar e disseminar os conteúdos relacionados ao Planejamento Estratégico 2020-2023, quais sejam: i) Caderno da Gestão Estratégica: documento detalhado sobre o processo de gestão estratégica, referente à elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 (seus elementos estratégicos básicos - missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos

estratégicos), bem como ao rito de monitoramento, avaliação e revisão da estratégia; e ii) Relatório de Avaliação de 2021: documento contendo a análise da situação alcançada pelos indicadores e projetos estratégicos vigentes ao longo do exercício de 2021, enaltecendo os sucessos alcançados e refletindo sobre os desvios e as dificuldades enfrentadas. Os documentos foram encaminhados para as unidades via SEI para conhecimento, análise e sugestões. O Subsecretário tratou ainda sobre a alteração da Cadeia de Valor com a inclusão da PRF como responsável no processo “Gerir contabilidade”, devido à competência atribuída à unidade no inciso III, artigo 55, do Decreto nº 11.103/2022, bem como a Segen sendo inserida como responsável no processo “Gerir patrimônio”, tendo em vista a competência atribuída conforme alínea c, inciso VI, artigo 28, do Decreto mencionado anteriormente. Retornou a palavra ao Secretário-Executivo para submeter a aprovação do ajuste da Cadeia de Valor, sendo aprovado sem ressalvas. Outro informe correspondeu à elaboração do Relatório de Gestão Integrado – Exercício 2022, tendo como prazo final o dia 28 de outubro de 2022 para que as unidades encaminhem as informações solicitadas para a elaboração da 1ª versão do referido documento. O relatório terá duas versões, sendo o prazo previsto para o fechamento da primeira etapa o dia 31 de dezembro. Também na seara de relatórios governamentais, o Sr. David Freitas informou sobre o início do processo de elaboração da Mensagem Presidencial 2023, que, de acordo com as orientações da Presidência da República, deverá conter os principais resultados do Ministério nos últimos 4 anos. O documento já está em produção na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE/SPO, a partir de informações encaminhadas pelas unidades em outras oportunidades para a elaboração de relatórios diversos, e será encaminhado, posteriormente, para análise e validação das áreas. Reforçou ainda que a Mensagem Presidencial é sempre atualizada no início de janeiro, por esse motivo solicitou especial atenção das unidades quanto à participação dos interlocutores neste processo.

7. Sobre assuntos orçamentários e contábeis, o Subsecretário apresentou, como de costume, o Ranking de Execução Orçamentária, com 85,47% já executado e 94,52% do orçamento discricionário disponível. Quanto ao Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, totalizando 78,67% executados, terão recursos alocados no início de novembro para viabilizar a execução qualificada dos valores ainda pendentes de empenho. O Sr. David Freitas frisou a necessidade de que as áreas se atentem aos valores ainda não empenhados, mas também àqueles empenhados que possivelmente não será executado. No que concerne ao Calendário Orçamentário, comunicou que a Portaria SPO nº 6, de 14 de junho de 2022, divulga os prazos para as atividades dos processos orçamentário e financeiro federal no exercício de 2022 no âmbito do MJSP, com destaque ao período de 1 a 3 de novembro de 2022 para realizar alterações orçamentárias não compensadas em atendimento de despesas primárias discricionárias, dependentes de autorização legislativa e autorizados na LOA 2022, bem como alterações orçamentárias referentes a créditos suplementares e especiais para atendimento de despesas classificadas com “RP 0” ou “RP 1”, autorizados na LOA 2022, abertos por ato do Poder Executivo (FNSP e FUNPEN). Além disso, alterações orçamentárias referentes a créditos suplementares, para atendimento de despesas classificadas como “RP 6” e “RP 7”, autorizadas na LOA, abertos por ato do Poder Executivo, poderão ser realizadas no período de 1º a 4 de novembro de 2022. Reforçou, também, que as unidades do Ministério terão até o dia 25 de novembro de 2022 para empenhar dotações orçamentárias, assim como deverão informar para a SPO sobre a necessidade de limite de pagamento por Anexo (II a XV) do Decreto 10.961/2022 até o dia 20 de novembro. No tocante ao Painel de Restrições Contábeis - Ranking de Ocorrências Contábeis por órgão, a Fundação Nacional do Índio – Funai e a PRF estão com as maiores restrições em números absolutos, enquanto a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad tem a maior média de restrições contábeis.
8. Dando seguimento, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier Rocha, falou sobre o resultado da Revisão do Plano de Contratações Anual – PCA de 2023. O plano foi elaborado no primeiro quadrimestre do ano de 2022, passando por revisão nos últimos dois meses, e atualmente em fase de aprovação dos ajustes pela SE. A Subsecretaria de Administração – SAA recebeu propostas de revisão de diversas unidades, embora algumas não cumpriram os prazos pactuados, além de necessidade de ajustes ou informações complementares dos planos

encaminhados. Em números gerais, o PCA após revisão conta com 4.439 contratações previstas. No quesito comparativo, observou-se um acréscimo de quase 158% em relação ao que foi planejado inicialmente. O comparativo do PCA 2022 e PCA 2023 revelou que houve além de maior maturidade na elaboração do plano e prioridades, apresentou uma redução de quase 34% em relação ao valor global.

9. Já o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AEI, Sr. Cláudio Antônio Py, trouxe como pauta assuntos sobre os órgãos de controle. Com relação às recomendações e determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, foi apresentado panorama de respostas das unidades notificadas, bem como seus respectivos atendimentos e triagens realizadas pelo Tribunal, sendo apresentadas evidências dos atendimentos ou esclarecimentos sobre os achados da auditoria. No mês de outubro, apenas SE, Secretaria Nacional de Justiça – Senajus, Depen, PF e Funai encontravam-se com pendência de respostas. Sobre as auditorias em curso, o Sr. Cláudio Py informou que a inspeção do TCU para avaliar a adequação dos procedimentos de guarda e preservação do acervo resultante das atividades da Comissão Nacional da Verdade – CNV, sob guarda do Arquivo Nacional – AN, foi encerrada, sendo a representação considerada improcedente e informou da necessidade de armazenagem de documentos, filmes e registros magnéticos em condições adequadas. Apresentou, ainda, a situação dos acordos em andamento, acerca de: i) pregão eletrônico para registro de preços 3/2021 - aquisição de solução de inteligência em fontes abertas, mídias sociais, *deep* e *dark web*; ii) política e sistemas de controle de porte de armas de fogo e munições; iii) compartilhamento do Modelo de Avaliação de Governança e Gestão em Segurança Pública com os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal; iv) avaliação da efetividade e da sustentabilidade do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF; v) convênios e contratos de repasse com Prestações de Contas sem análise; vi) Estudo produzido no âmbito de Termo de Execução Descentralizada – TED com a FIOCRUZ. Logo em seguida, comunicou aos presentes sobre a atualização das medidas de tratamento, especificamente 2ª e 3ª fase, no âmbito do Programa de Integridade, com 183 medidas concluídas, 47 em andamento, totalizando 230 medidas atualizadas. O Assessor de Controle Interno divulgou também a Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública de 2022, aberto a todos os servidores públicos entre os dias 5 de setembro a 7 de novembro de 2022, com o objetivo de coletar dados acerca de suas percepções sobre as atividades desenvolvidas dentro dos órgãos relacionadas à integridade pública. Solicitou às unidades que reforcem internamente a importância da participação de todos na pesquisa. Além disso, mostrou o 1º Ciclo de Monitoramento das medidas de tratamento dos riscos, com 100 medidas concluídas e 181 em andamento, frente a 317 riscos identificados.
10. O último item de pauta discutida na ocasião tratou da priorização dos sistemas em desenvolvimento e absorção, apresentada pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange. Conforme diretriz comunicada em reunião anterior do CGE, os sistemas que demandem desenvolvimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC deverão ter prazo máximo de conclusão previsto para 3 anos. Dessa forma, algumas unidades apresentaram solicitações e justificativas extensão de prazos de sistemas específicos. Informou, por fim, que a DTIC possui 2 processos de absorção de sistemas em execução, e aguarda assinatura de contrato para iniciar a absorção do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp está aguardando a para ser absorvido.
11. Ao finalizar a reunião, o Sr. Antonio Ramirez passou alguns encaminhamentos. O fluxo mensal de atualização das informações constantes no planejamento estratégico (monitoramento), realizado por meio de pontos focais, terá como prazo o dia 10 de novembro de 2022. Comunicou que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 contará com as seguintes apresentações: i) PF: Projeto “BRASIL P.A.T.R.I.A. DIGITAL - Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais” e indicador “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal”; ii) Projeto “BRASIL P.A.T.R.I.A. DIGITAL - Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais” e indicador “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia

Federal”; iii) SENASP: Projeto “Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB” e indicador “Percentual de UFs integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 01/12/2022, às 16:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 01/12/2022, às 17:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAIO RODRIGO PELLIM, Usuário Externo**, em 01/12/2022, às 18:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 01/12/2022, às 18:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Henrique Roca Pires, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 01/12/2022, às 18:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO DO CARMO VIEIRA DE MELO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 02/12/2022, às 09:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 02/12/2022, às 10:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 02/12/2022, às 11:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 06/12/2022, às 14:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 06/12/2022, às 14:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 06/12/2022, às 15:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 06/12/2022, às 16:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 06/12/2022, às 19:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gabinete da Direção-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 17:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 12/12/2022, às 18:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'AGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 14:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE UCHOA DOS SANTOS, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 14/12/2022, às 14:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 14/12/2022, às 18:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JURUÉBI DE OLIVEIRA JÚNIOR, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 15/12/2022, às 17:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **20991671** e o código CRC **F1785511**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.